



EDUCAÇÃO DOS CORPOS TRANSEXUAIS E O PODER JUDICIÁRIO

Anderson Santos Almeida¹
Arthur Henrique Silva Santana²

Resumo

O presente trabalho se propõe a apresentar - com base nas experiências de mulheres, que fazem parte do Projeto Transexualidade do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, e do saber jurídico produzido pelo magistrado - como é produzido o conhecimento acerca do masculino e do feminino dentro de um modelo cis-heteronormativo. Conforme nos lembra Marcel Mauss, a educação efetiva-se pela atuação sobre o corpo. Neste sentido podemos dizer que há um esforço contínuo na construção de gênero, seja masculino ou feminino, que visa ensinar quais comportamentos pertencem a esta binariedade e, com base nesses ensinamentos, validar a identidade de ser ou não uma pessoa feminina/masculina. O método utilizado trabalhou com investigação de campo e leitura bibliográfica dedutiva.

Palavras-chave: Gênero. Pedagogização. Corpo.

Pedagogia do corpo

A temática e a vivência transexual têm estado cada vez mais em voga nos espaços midiáticos, apesar de remontarem um discurso recente da/na sociedade. Neste trabalho, resultante de uma investigação de campo realizada no Hospital das Clínicas da cidade de Goiânia-GO. Utiliza-se a definição de transexualidade a partir das narrativas das entrevistadas, Alice e Barbara, com a intenção de que as próprias mulheres digam sobre como compreendem suas experiências identitárias. Desta forma:

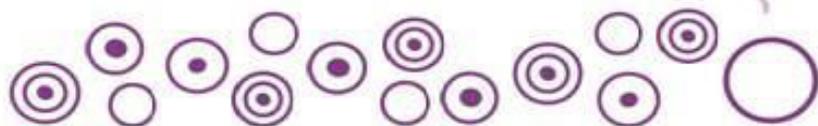
Transexualidade para mim é uma condição que determinado grupo de pessoas nascem, e que aquilo que elas são fisicamente e aquilo que elas são identificadas pelo físico para sociedade não condiz com o que ela é psicologicamente, só que isso só com o tempo para ela perceber (Alice³, 2016).

Transexualidade envolve a identidade de gênero, quando uma pessoa é atribuída com um gênero ao nascimento, só que essa pessoa na sua vivência não identifica com esse gênero, e passa por uma transição ao gênero que se identifica. Assim a transexualidade está ligada diretamente à identidade de gênero (Barbara, 2017).

¹ Mestre em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás (UFG), anderson.santosalmeida@gmail.com

² Graduado em Direito, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). arthrsantana@gmail.com

³ Ressaltamos que os nomes das entrevistadas, apresentados neste trabalho foram alterados, com a finalidade de preservar o anonimato das interlocutoras.





Por estas definições envolverem, também, o conceito de *identidade de gênero*, é importante destacar que gênero é um termo usado para remeter à diferença no caráter cultural entre masculinidades e feminilidades (PISCITELLI, 2009). Dentro destas diferenças, podem ser compreendidos vários elementos como: roupas, brinquedos, cores, gestos, trabalhos, atitudes, entre outros que podem ser encontrados no dia a dia. No sentido histórico, da nossa sociedade ocidentalizada, podemos dizer que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 2004, p. 211).

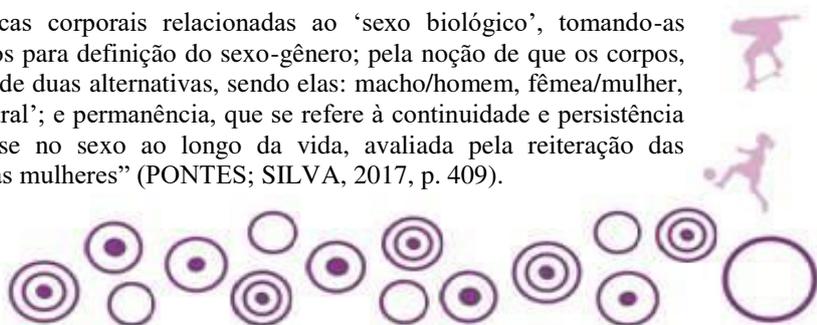
Podemos chamar todo este exercício de contestação, seja masculino ou feminino, como uma “educação social de gênero” que visa manter uma eventual “ordem natural” das coisas com base na natureza anatômica biológica do sujeito. Tal educação social se dá desde criança e se prolonga em todo o percurso da vida. É necessário, entretanto, reconhecer que existe uma falha na concepção “natural das coisas”, como pode ser observado no trabalho de Guacira Louro, *Pedagogias da sexualidade*, no qual a autora aborda a relação da construção da sexualidade e do gênero, alegando que estes não são algo dado pela natureza, mas um conjunto de elementos que compõem as identidades que os corpos ganham socialmente. Neste sentido, Louro a partir de Weeks (1995) afirma que o “[...] corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar” (LOURO, 2000, p. 7).

Assim, aproximando-se de uma perspectiva antropológica, a autora indica que “a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura” (LOURO, 2000, p. 9). A partir destas inscrições de gêneros reconhecidas em cada cultura, as crianças são educadas para atender às expectativas heteronormativas⁴ e cisnormativas⁵, e, por conseguinte, aquelas e aqueles que não se enquadram nestes padrões são reconhecidas como desviantes.

Colocar a pessoa dentro de uma dicotomia em que ela precise cumprir o que foi determinado nos padrões culturais em que está inserida é uma maneira de silenciar as várias

⁴ Pode-se entender este conceito como “norma que articula as noções de gênero e sexualidade, estabelecendo como natural certa coerência entre sexo (nasceu macho, nasceu fêmea), gênero (tornou-se homem, tornou-se mulher) e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa)”. (SEFFNER, 2013, p. 150).

⁵ Trata-se de conceito que descreve “as marcas corporais relacionadas ao ‘sexo biológico’, tomando-as posteriormente como critérios naturais e objetivos para definição do sexo-gênero; pela noção de que os corpos, se normais, terão seus gêneros definidos a partir de duas alternativas, sendo elas: macho/homem, fêmea/mulher, associação entre ‘sexo biológico’ e ‘gênero cultural’; e permanência, que se refere à continuidade e persistência da identificação de gênero designada com base no sexo ao longo da vida, avaliada pela reiteração das expectativas de gênero associadas aos homens e às mulheres” (PONTES; SILVA, 2017, p. 409).





formas de compreender suas experiências; tais questões já eram abordadas nas perspectivas antropológicas clássicas.

A coerção exercida com o fato de levar o indivíduo a comportar-se como membro de seu próprio sexo, converte-se num dos instrumentos mais fortes com que a sociedade tenta moldar a criança em crescimento nas formas aceitas (MEAD, 1935, p. 282).

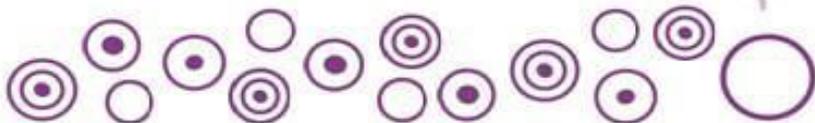
Essa coerção é imposta não somente enquanto se é uma criança, mas em todos os momentos da vida, podendo ser percebida na maneira de falar, andar, gesticular e nos comportamentos em geral. Esta ação nos leva a refletir que há, na sociedade, uma construção social ideal para o feminino ou masculino e que acaba conformando expectativas, mesmo em se tratando de pessoas transexuais, que acabam sendo ensinadas por aqueles e aquelas que vivenciam tal experiência como atingir essa expectativa social para cada gênero. Este ensinamento seria como uma ajuda para amenizar as várias discriminações que podem sofrer no cotidiano, ou uma poderia ser interpretado como uma forma de garantir a performatividade da masculinidade e feminilidade.

Quando vemos uma sociedade que é regida pelos padrões heterossexuais e cisnormativos, ao dizer “sou mulher” ou “sou homem”, entende-se que essa pessoa tenha em si o que se compreende como “características” de mulheres ou de homens heterossexuais e cisgêneros⁶ e que, principalmente, se relacionem com o sexo oposto. Dessa forma, Berenice Bento exemplifica que “se a mulher é passiva, emotiva, frágil, dependente, e se o homem é ativo, racional, competitivo, logo se esperará que as mulheres e os homens transexuais implementem este padrão” (BENTO, 2008, p. 21).

Mauss (2003) dizia que por trás de “todos esses elementos na arte de utilizar o corpo humano os fatos de educação predominavam” (p. 403). Nesse sentido, a pedagogização dos corpos torna-se mecanismo de (re)produção de padrões sociais pré-estabelecidos tanto para crianças como para adultos, podendo ser lida como uma imitação prestigiosa de atos de outras pessoas que vivenciam algo semelhante em quem confiam ou que exercem alguma autoridade sobre elas. “Todos esses modos de agir eram técnicas, são técnicas do corpo” (MAUSS, 2003 p. 405).

Existem certas padronizações dos signos e significados que compõem as categorias masculinas e femininas, e esses “significados circulantes sobre gênero, herdados do passado, assentam numa simbólica de divisão do mundo em masculino e feminino, constituindo-se esta numa dicotomia fundamental e princípio classificatório” (ALMEIDA, 1996, p. 163).

⁶ Trata-se da pessoa que responde positivamente à cisnormatividade, tal como descrita acima. Sendo assim, é possível conceitua-la como pessoa que reitera as expectativas de gênero atribuídas aos homens e às mulheres.





Neste sentido, nas reuniões de orientação sobre a cirurgia, é perceptível a pedagogização em torno da transexualidade. Por exemplo, quando a coordenadora dita as diretrizes dos procedimentos que serão feitos e o que elas deverão fazer após a cirurgia. Além disso, as demais participantes sempre frisam que a cirurgia deve ser uma escolha pessoal, que elas não devem fazer a cirurgia pensando que suas vidas socialmente irão mudar, que toda essa ideia de que vai ser melhor é, muitas vezes, uma ilusão. Esse tipo de narrativa é o que Jesús (2017) aborda em sua tese de doutorado, principalmente nas entrevistas de suas colaboradoras.

Quando se encaminhava para o término de sua entrevista, Karina ainda reforçou: “as meninas acham que elas vão fazer a cirurgia, elas vão ser uma mulher e tudo quanto é homem vai querer. Pura ilusão!” (JESÚS, 2017, p. 56).

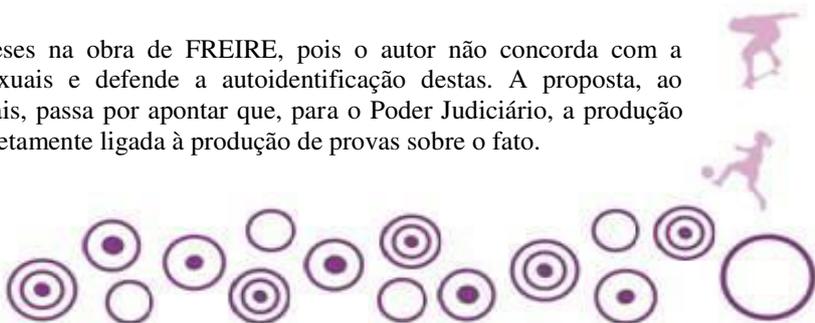
Conforme já discutido e preceituado por LOURO (2000), a inscrição/construção de conhecimento acerca dos gêneros é feita a partir de determinado contexto. Neste sentido, o Poder Judiciário tende a criar também as marcas culturais que designam o masculino e o feminino e estas marcas, por sua vez, impactam diretamente as pessoas transexuais, as quais tornam-se *sujeitos de papel* (FREIRE, 2016).

As marcas culturais do Poder Judiciário

O conceito *sujeitos de papel* é utilizado por Lucas Freire (2016), especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), para designar as pessoas transexuais. O autor, no referido trabalho, reflete acerca do valor dos documentos (papéis) apresentados ao Poder Judiciário para a retificação de registro civil, e o impacto destes em produzir a realidade e dar materialidade aos sujeitos. Sendo assim, os papéis seriam a ferramenta capaz de produzir a verdade e, por conseguinte, as pessoas que seriam verdadeiramente transexuais⁷ (FREIRE, 2016). Nessa perspectiva, observamos como tais sujeitos se esforçam para se encaixarem nessas definições, com objetivo de serem contemplados pelas políticas públicas para o grupo; e, por trás desse processo, é observado uma grande influência dos modelos esperados que cada uma/um devem contemplar para serem validados como mulher ou homem.

Algumas perguntas poderiam surgir nesses processos de construção e validação da identidade de gênero; qual seria o padrão ideal? Como atender a essas expectativas? Para

⁷ O conceito em tela encontra-se entre parênteses na obra de FREIRE, pois o autor não concorda com a existência de pessoas, verdadeiramente, transexuais e defende a autoidentificação destas. A proposta, ao denominar as pessoas verdadeiramente transexuais, passa por apontar que, para o Poder Judiciário, a produção de verdade quanto à identidade de gênero está diretamente ligada à produção de provas sobre o fato.





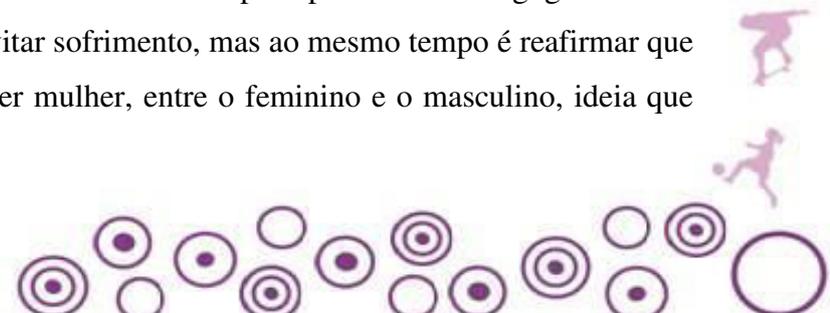
aqueles que não se autoidentificam dentro desse binarismo, mulher/homem-feminino/masculino, onde seriam encaixados socialmente e culturalmente? Tais perguntas surgem frente ao cotidiano em que estamos inseridos, cheio de ensinamentos e regras sobre como os corpos devem se comportar de acordo com sua anatomia e fisiologia, e aqueles que “fogem” a essa regra e que queiram uma validação/regulação - principalmente em seus documentos - são ensinados como se portar/comportar para conseguirem o alinhamento documental com suas experiências identitárias.

Considerações

Guacira Louro (2000) faz uma reflexão muito importante relacionada às identidades de gênero e sexualidade. Dessa forma, ela discute um paralelo entre as identidades de gênero e as mudanças de classe social, percebe-se que há uma aceitabilidade em relação às outras transições sociais, como classe, religião; algo que não é igual para os elementos voltados aos gêneros e a sexualidade. A autora diz que quando se admite uma nova identidade sexual ou uma nova identidade de gênero, muda completamente a essência do sujeito. Compreendo que dessa forma o sujeito perde a legitimidade que antes tinha, sendo forçado a construir toda uma história que comprove que continua a mesma pessoa, independente do seu sexo e gênero.

“O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica” (LOURO, 2000, p.8). Nesse sentido, podemos pensar essas mudanças nos corpos das pessoas transexuais que, de acordo com o projeto de Si (GIDDENS, 1993) e pedagogização em torno da transexualidade, vão desenvolvendo técnicas corporais (MAUSS, 2003), de maneira que vão ganhando formas e distanciando dos “marcadores” de gêneros que socialmente são recusados para mulheres. Assim, em cada etapa se sabe o que devem ser feito para que tentem legitimar sua identidade e muitas vezes através de experiências compartilhadas entre pessoas que vivenciam a mesma realidade. “De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos” (LOURO, 2000, p. 8).

Por fim, percebe se que existe uma pedagogia sobre os corpos, sejam eles cisgênero ou transgênero, que são transmitidas e repassadas a todo tempo e por todos. Pedagogizar acaba sendo uma prática que às vezes busca evitar sofrimento, mas ao mesmo tempo é reafirmar que existem diferenças entre ser homem e ser mulher, entre o feminino e o masculino, ideia que





pode ser considerada ultrapassada, visto que todas as coisas e comportamentos são direcionados a um único elemento, a pessoa humana.

Referencias

ALMEIDA, Miguel Vale de. “Corpo presente”. *In*: ALMEIDA, Miguel Vale de. **Corpo Presente**: treze reflexões antropológicas sobre o corpo. Portugal: Celta, 1996.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 48, e164813, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000300502>. Acesso em: 26. maio 2018

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

JESÚS, Bento. M. **Transexualidades**: experiências possíveis de constituição subjetiva em relação ao gênero. 2017. 145 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

HARAWAY, Donna. “**Gênero**” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, v. 22, 2004.

LOURO, Guacira, L. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. *In*: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

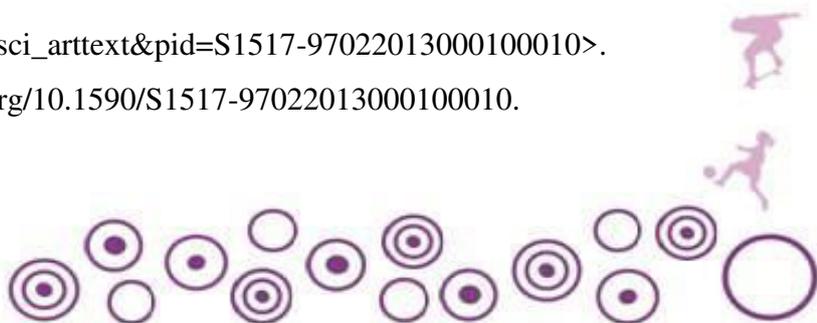
MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, (1935), 2014.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa. B.; SZWAKO, José E. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009.

PONTES, Julia Clara de; SILVA, Cristiane Gongalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamento e diferenças nas narrativas das pessoas trans. **Periódicus - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, n. 8, v. 1, nov.2017/abr. 2018.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, Mar. 2013. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100010>. access on 10 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

